



Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>471787</u>
Classificação
<u>06/02/02</u> / /
Data <u>25/07/2013</u>

A S. Exa a
Presidente da
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
Lisboa

An. Grupo Parlamentar
a DAPLEN.
25.07.2013

Refª 671/MPAP/2013

Senhora Presidente,

Nos termos e para os efeitos das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, junto remeto a V. Exa. o texto da Moção de Confiança hoje aprovada em reunião do Conselho de Ministros e que solicita um voto de confiança da Assembleia da República ao Governo.

Aceite, Senhora Presidente, os meus melhores cumprimentos, *e a elevada consideração pessoal*

Presidência do Conselho de Ministros, 25 de julho de 2013

O Ministro da Presidência
e dos Assuntos Parlamentares

(Luis Marques Guedes)



MOÇÃO DE CONFIANÇA

I – Recuperar a Soberania

Com a missão nacional de resgatar a soberania, o Governo reafirma o objectivo de concluir o Programa de Assistência Económica e Financeira em junho de 2014.

O País tem-se empenhado no cumprimento desse objectivo para poder fechar este período excepcional da nossa vida colectiva, recuperar a autonomia perdida em 2011 e abrir uma nova fase de crescimento sustentado da economia e do emprego.

Os sete exames regulares já realizados confirmam que apesar das enormes dificuldades temos estado à altura dos desafios colocados pelo Programa de Assistência.

Avançámos substancialmente na consolidação orçamental estrutural, sem nunca ter descurado a proteção social aos mais vulneráveis da nossa sociedade, atingimos um histórico reequilíbrio das contas externas e estamos a proceder às reformas estruturais incontornáveis para o necessário aumento da competitividade e o regresso à criação de riqueza.

Deste trabalho coletivo resultou a recuperação da confiança e da credibilidade de Portugal no exterior, permitindo já um progressivo restabelecimento do acesso



do Estado ao financiamento nos mercados, condição para a melhoria do financiamento à economia.

Tal credibilidade é fundamental no contexto da permanente negociação com os nossos parceiros europeus. O reconhecimento dos nossos esforços e sucesso permitiu já dois ajustamentos das condições associadas aos empréstimos europeus do Programa, com redução dos juros e a extensão dos prazos de pagamento, bem como a revisão, bem sucedida, das metas orçamentais, favorecendo a atenuação do impacto negativo da execução do Programa.

A persistência destes esforços conduzir-nos-á à correção dos graves desequilíbrios que nos trouxeram, em 2011, à iminência da bancarrota.

O Governo está bem ciente de que o caminho do cumprimento do Programa, para cuja necessidade este Governo não foi o responsável, e da consolidação da confiança externa, em que muito temos trabalhado, é um caminho exigente e de escolhas muito difíceis, que tem apresentado dificuldades e implicado sacrifícios substanciais para os Portugueses, traduzidos sobretudo no aumento do desemprego.

Este processo de ajustamento a que nos vimos forçados, e que é particularmente difícil quando temos de o realizar numa conjuntura económica e social adversa, de prolongada recessão interna e no espaço europeu, constitui-se como um complexo desafio à relação de representação e de confiança entre os governos e os



cidadãos. Ele é, no entanto, um requisito necessário à promoção do crescimento económico sustentado.

II - Potenciar um Novo Ciclo Económico

Cumpridos cerca de dois terços do caminho traçado pelo Programa, é com confiança e um renovado espírito de compromisso que o Governo solicita à Assembleia da República um voto de confiança para levar por diante, com determinação, o encerramento do Programa de Assistência e projetar um novo ciclo, sustentado, de desenvolvimento e crescimento.

Trata-se de um compromisso que pretendemos aberto e inclusivo, para agarrar os primeiros sinais de recuperação económica e lançar as bases do rumo do País no período pós-Programa.

É essencial alargar a discussão democrática em torno dos grandes temas nacionais, ampliar o alcance da negociação política e social, e valorizar uma cultura política de diálogo, cujas sementes foram lançadas, para novos entendimentos e acordos entre partidos e com parceiros sociais.

Esse compromisso deve assentar em três princípios de atuação:



- **Determinação** na prossecução do processo de ajustamento e na disciplina das contas públicas, pré condição de um crescimento sustentado;
- **Concertação** alargada com as forças políticas da oposição e os parceiros sociais sobre as posições a defender no quadro dos exames regulares, as metas a atingir e as medidas necessárias a esse fim, bem como no que diz respeito tanto às reformas estruturais necessárias ao crescimento como ao processo de regresso pleno a financiamento de mercado;
- **Coesão** na defesa da estabilidade política e governativa para robustecer a confiança junto dos nossos parceiros e dos mercados.

Fiel a estes princípios, o Governo propõe-se, na segunda parte da legislatura, a seguir uma linha política e económica assente nos seguintes eixos de ação:

- **Relançamento da economia**, prossequindo o caminho das reformas em curso para uma nova economia, mais aberta à participação concorrencial e não refém de privilégios e protecionismos injustificados, apostada no fomento industrial e na produção de bens e serviços transacionáveis, promotora da inovação e do empreendedorismo, mais geradora de emprego qualificado e da retenção de



competências, e mais atrativa para o investimento estrangeiro.

São vetores deste eixo, um ambiente fiscal favorável ao investimento, a aposta numa economia verde, na ciência e investigação, o fomento das exportações e da internacionalização das empresas, a convergência de regimes entre os sectores público e privado, a estruturação de um sistema abrangente de formação e qualificação profissional, o continuado trabalho de desburocratização da Administração e de remoção de obstáculos à iniciativa económica, a mobilização do novo Quadro Financeiro Plurianual para a competitividade e a criação de uma instituição financeira de desenvolvimento.

- **Mais coesão e mais mobilidade social**, aumentando a eficácia das políticas públicas e atacando o ciclo de pobreza que a última década agravou.

Os próximos anos têm de ter no centro das políticas o emprego e a construção de uma sociedade de oportunidades para todos os sectores sociais, todas as gerações e géneros, fortalecendo a coesão e a solidariedade entre o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais.

As políticas públicas, designadamente nas áreas da saúde e da educação, devem orientar-se para que ninguém seja tolhido na sua ambição e no seu projeto de vida em virtude da origem familiar, sócio-económica ou territorial.



Devem, igualmente, apostar no reforço do chamado “capital social” e na sustentabilidade das instituições sociais e promovendo uma verdadeira parceria com a sociedade.

- **Mudança de relação do Estado com o cidadão e com o território**, afirmando uma nova cultura de confiança e de responsabilidade, e uma política assumida e permanente de transparência e de acesso à informação pública.

O compromisso é o de deixar para trás a lógica do Estado hierárquico, burocrático, dirigista e opaco, e implantar uma cultura de Estado facilitador, ágil na resposta aos cidadãos, aberto à iniciativa e confiante da responsabilidade dos cidadãos, descentralizador e meritocrático.

É um compromisso que passa pela continuação da reforma dos licenciamentos, pela requalificação do capital humano da Administração, com recompensa real do mérito, e pela assunção descomplexada da distinção entre a obrigação de garantir o acesso de todos a serviços e bens de natureza pública, e a sua prestação ou provisão direta pela Administração.

- **Papel ativo e inteligente na Europa e no Mundo**. Os últimos dois anos trouxeram, no plano europeu e internacional, um reconhecimento crescente da nossa ação diplomática. Depois das divisões que a crise da área do euro suscitou, é crucial uma ação



determinada de recuperação da união entre os Estados-membros.

Queremos aproveitar a oportunidade histórica que se abre para tomar a dianteira no debate em torno da reforma económica e política das instituições e das políticas europeias.

Queremos assumir a voz credível e conciliadora entre pontos de vista diferentes, adquirida nos últimos dois anos, para levar mais longe o aprofundamento da União no sentido de uma maior consistência política, de uma maior solidariedade e de uma maior coesão económica.

A afirmação de Portugal no mundo pressupõe relações particularmente intensas e especiais na CPLP, bem como uma especial relação com África e com a América Latina, pilares estruturantes da nossa diplomacia.

Sem esquecer a importância do vínculo transatlântico e o desenvolvimento das relações com a Ásia, o Magrebe e o Golfo Pérsico, relações sedimentadas na nossa História e que espelham a riqueza e a diversidade das opções externas de Portugal, nos planos político, económico, empresarial e cultural.

No plano da estabilidade governativa, é importante afirmar o robustecimento da coesão no interior da coligação governamental.

O reforço do acordo de coligação que os partidos da maioria apresentaram ao Senhor Presidente da República



é a expressão de um compromisso firme pela estabilidade política nesta segunda parte da legislatura, pela convergência de posições políticas em torno de um programa e de objectivos comuns, e por um Governo sólido e coeso, capaz de dar resposta aos enormes desafios que Portugal e os Portugueses têm pela frente.

Assim, nos termos das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, o Governo **solicita à Assembleia da República a aprovação de um voto de confiança à sua acção, a desenvolver no quadro do presente compromisso.**

Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Julho de 2013

O PRIMEIRO-MINISTRO